



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO CEARÁ – CREMEC

ANEXO VI – MINUTA DO ACORDO DE PARCERIA

ACORDO DE PARCERIA Nº XX/2022 QUE ENTRE SI CELEBRAM O
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO CEARÁ,
REPRESENTADO POR SEU PRESIDENTE, E A EMPRESA XXXXXXXX
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XX/2022.

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO CEARÁ - CREMEC,
autarquia de fiscalização profissional instituída nos termos da Lei Federal nº 3.268, de 30 de
setembro de 1957, e regulamentada conforme o Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958,
alterado nos termos da Lei nº 11.000, de 15 de dezembro de 2004, com sede na Avenida
Antônio Sales, nº 485, Joaquim Távora, Fortaleza/CE, CEP 60.135-101, inscrita no CNPJ sob
o nº 10.491.017/0001-42, neste ato representado por quem legalmente de direito, seu
Presidente **CONSELHEIRO HELVÉCIO NEVES FEITOSA**, brasileiro, casado, médico,
portador da Carteira de Identidade nº XXXXX e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o
nº XXXXXX, doravante denominado simplesmente **CREDENCIANTE**, e a empresa
XXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXX, com sede à XXXXXXXXX, neste ato
representada pelo XXXXXXXXXXXX, XXXX, XXXXX, XXXXX, portador da cédula de RG nº
XXXXX e inscrito no CPF sob o nº XXXXXX, residente e domiciliado à XXXXXX, doravante
chamado simplesmente **CREDENCIADA**, resolvem firmar o presente acordo de parceria,
com fundamento nas disposições da Lei nº 9.656/98, e Resoluções da ANS nº 438/2018 e
195/2009, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de assistência médico-hospitalar,
laboratorial, exames complementares e serviços auxiliares de diagnósticos, terapia e
internações, na modalidade **COLETIVO**, do tipo **PLANO BÁSICO EM APARTAMENTO**
- COBERTURA ESTADUAL, e do tipo **PLANO OPCIONAL EM APARTAMENTO** -



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO CEARÁ – CREMEC

COBERTURA NACIONAL, incluindo **REEMBOLSO ONDE NÃO TIVER REDE PRÓPRIA DE ATENDIMENTO**, para os **FUNCIONÁRIOS ATIVOS E APOSENTADOS DO CREMEC**, bem como os **DEPENDENTES DIRETOS DOS FUNCIONÁRIOS ATIVOS**, todos a **PREÇO PER CAPITA**, no total estimado de 129 (cento e vinte e nove vidas), conforme informações registradas no cadastro de pessoal desta Autarquia no ano de 2021, mediante as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Data de início da execução dos serviços: XX/XX/XXXX.

2. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no ComprasNet e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

CLÁUSULA SEGUNDA - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1. Enquadramento como serviço comum para fins do disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, enquadrando-se no conceito legal de inexigibilidade de licitação, mediante credenciamento, aplicando-se os artigos 25 e 116 da Lei nº 8.666/1993 e art. 230 da Lei nº 8.112/1990. Aplica-se, quanto às penalidades e crimes licitatórios, o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO

1. Constituem parte integrante do contrato os seguintes documentos, cujo teor as partes declaram ter pleno conhecimento o Edital, o Projeto Básico, seus anexos e termos, bem como a proposta de preços firmada pela CONTRATADA.

2. Em caso de divergência entre os documentos integrantes e o contrato, prevalecerá este último. Os documentos supracitados são considerados suficientes para, em complemento a este contrato, definir a sua intenção e, desta forma, reger a execução adequada do objeto contratado dentro dos mais altos padrões da técnica atual.

3. Em caso de dúvidas do CONTRATANTE ou da CONTRATADA na execução deste contrato, estas devem ser dirimidas pelo CONTRATANTE, de modo a atender as especificações apresentadas como condições essenciais a serem satisfeitas.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO CEARÁ – CREMEC

CLÁUSULA QUARTA - DOS BENEFICIÁRIOS

1. São beneficiários dos serviços objeto da presente licitação:

1.1. Os servidores ativos e aposentados do CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO CEARÁ;

1.2. O cônjuge ou companheiro (a) legalmente comprovado dos servidores ativos, não podendo concorrer ambos como beneficiários, salvo determinação judicial;

1.3. Os filhos, inclusive enteados solteiros, de funcionários ativos do CREMEC, até a idade de 21 (vinte e um) anos, e os incapacitados para o trabalho, inválidos ou interditos, sem limite de idade, mediante comprovação por junta médica oficial;

1.4. Os filhos de funcionários ativos do CREMEC, inclusive enteados solteiros, de até 24 (vinte e quatro) anos de idade, quando estudante universitário ou de escola técnica de ensino médio, não tendo esta economia própria;

1.5. O menor, sob guarda ou tutela de funcionário ativo do CREMEC, até 21 (vinte e um) anos de idade, mediante comprovação da guarda ou tutela;

2. Atualmente, o número de vidas a serem beneficiadas com os serviços licitados corresponde a 129 (cento e vinte e nove) vidas.

3. A distribuição dos beneficiários dos serviços por categoria (titular/dependente), faixa etária e gênero está disposta nos anexos.

4. Os beneficiários (titulares e dependentes) receberão gratuitamente carteira de identificação personalizada a ser fornecida pela CONTRATADA, a ser usada exclusivamente no âmbito da prestação dos serviços cobertos pelo programa de assistência à saúde.

4.1. Em caso de extravio da carteira de identificação, roubo, furto, incêndio ou enchente, devidamente comprovadas por ocorrência policial, o custo da emissão da nova carteira será assumido integralmente pela CONTRATADA;

4.2. A carteira de identificação deverá ser devolvida pelo beneficiário quando da sua exclusão do programa;

4.3. Qualquer prejuízo causado pelo uso indevido da carteira de identificação durante o



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO CEARÁ – CREMEC

período em que permanecer cadastrado no programa e após a sua exclusão correrão única e exclusivamente por conta do beneficiário.

5. Os titulares serão excluídos do programa de assistência à saúde nos seguintes casos:

- 5.1. Falecimento;
- 5.2. Demissão;
- 5.3. Solicitação do titular.

6. Os dependentes serão excluídos do programa de assistência à saúde nos seguintes casos:

- 6.1. Falecimento;
- 6.2. Exclusão do titular;
- 6.3. Quando não mais se enquadrar na condição de dependente estabelecida neste instrumento e seus complementos dispostos no Edital e no Termo de Referência;
- 6.4. Quando solicitado pelo titular ao qual estiver vinculado.

7. O titular responderá pela sua omissão diante de quaisquer prejuízos causados pelo uso indevido da carteira de identificação durante o período em que permanecer cadastrado no programa e após a vigência de sua exclusão, sendo efetuado qualquer eventual ressarcimento diretamente à CONTRATADA pelo beneficiário.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CARÊNCIAS

1. Não poderá ser exigida qualquer carência para utilização dos beneficiários do plano básico e do plano opcional, devendo a opção de adesão ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de assinatura do Contrato, ou, para o caso de futuros beneficiários, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua admissão.

1.1. A vedação à carência se aplica ainda aos dependentes dos titulares que já se enquadram na condição, no prazo de 60 (sessenta) dias da assinatura do termo, da admissão do titular ao exercício de função na CONTRATANTE, ou, no mesmo prazo, contando da data em que adquire a condição legal de dependente nos termos deste Contrato, Edital e Termo.

2. Para os titulares ou dependentes que tenham optado por qualquer dos planos após a data prevista no inciso anterior, a carência será definida conforme a modalidade de atendimento,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO CEARÁ – CREMEC

conforme segue:

- 2.1. Emergência e urgência médicas: SEM CARÊNCIA;
- 2.2. Consultas médicas eletivas: 24 (vinte e quatro) horas;
- 2.3. Exames e tratamentos: 30 (trinta) dias;
- 2.4. Internações hospitalares: 90 (noventa) dias;
- 2.5. Partos e suas consequências: 120 (cento e vinte) dias.

3. Para o reingresso de funcionários e dependentes desligados voluntariamente dos planos, serão admitidos os períodos de carência para os seguintes eventos:

- 3.1. Emergência e urgência médicas: SEM CARÊNCIA;
- 3.2. Consultas médicas eletivas: 24 (vinte e quatro) horas;
- 3.3. Exames e tratamentos: 30 (trinta) dias;
- 3.4. Internações hospitalares: 90 (noventa) dias;
- 3.5. Partos e suas consequências: 120 (cento e vinte) dias.

CLÁUSULA SEXTA - DOS SERVIÇOS

1. Os serviços contratados deverão abranger, no mínimo, as seguintes modalidades de atendimento: consultas médicas; tratamentos clínicos e cirúrgicos em todas as especialidades admitidas ou que venham a ser admitidas pelo Conselho Federal de Medicina e/ou Associação Médica Brasileira, bem como Agência Nacional de Saúde Suplementar e RDC/ANS nº 465/2021, em especial a) Alergologia; b) Anatomia Patológica; c) Anestesiologia; d) Angiologia; e) Cancerologia; f) Cardiologia, Eletrocardiografia e Holter; g) Cirurgia de mão, cabeça, pescoço e buco-maxilo-facial; h) Cirurgia cardiovascular (inclusive implante de marcapasso); i) Cirurgia gastroenterológica; j) Cirurgia geral, cirurgia laparoscópica e vídeo-laparoscópica; k) Cirurgia oftalmológica, inclusive corretiva de miopia, catarata, facectomia e hipermetropia, bem como introdução de lente ocular nacionalizada, dentro das previsões da Lei nº 9.656/1998 e suas alterações; l) Cirurgia oncológica; m) Cirurgia ortopédica e traumatológica; n) Cirurgia pediátrica; o) Cirurgia plástica reparadora e restauradora não estética; p) Cirurgia torácica; q) Cirurgia urológica; r) Cirurgia Vascular Periférica; s)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO CEARÁ – CREMEC

Citologia; t) Clínica médica; u) Dermatologia; v) Doenças infecciosas e parasitárias de qualquer natureza, inclusive assistência à S.I.D.A.; w) Endocrinologia e metabologia; x) Fisiatria e Foniatria; y) Gastroenterologia; z) Ginecologia; aa) Hematologia; ab) Mastologia; ac) Medicina Nuclear; ad) Microcirurgia Reconstructiva; ae) Nefrologia; af) Hepatologia; ag) Homeopatia; ah) Neurocirurgias; ai) Neurologia, inclusive pediátrica; aj) Cirurgia refrativa para grau igual ou maior que 5, para miopia, com ou sem astigmatismo associado, e hipermetropia, de acordo com os critérios da ANS; ak) Ortopedia; al) Otorrinolaringologia; am) Patologia Clínica; an) Pediatria; ao) Pneumologia; ap) Proctologia; aq) Reumatologia; ar) Tisiologia; as) Traumatologia; at) Urologia; au) Venereologia; av) Psiquiatria, incluindo consultas e tratamentos psicoterápicos ou psiquiátricos; aw) Fonoaudiologia.

2. A CONTRATADA também deverá assegurar aos beneficiários, e nos termos deste contrato, edital e termo de referência, os seguintes exames complementares: a) análises clínicas; b) anátomo-patológico, exceto necrópsia; c) angiografia; d) arteriografia; e) cicloergometria; f) cineangiocoronariografia; g) densitometria óssea; h) ecocardiografia; i) eletrocardiografia; j) eletroencefalografia; k) eletromiografia; l) endoscopia; m) fluoresceinografia; n) fonocardiografia; o) laparoscopia; p) medicina nuclear, incluindo radioisótopos e cintilografia; q) provas de função pulmonar; r) radiológico; s) ressonância magnética; t) tomografia computadorizada; u) ultrassonografia.

3. A CONTRATADA deverá assegurar, ainda, os seguintes serviços auxiliares: a) fisioterapia; b) quimioterapia; c) hemodiálise; d) remoção; e) serviços médicos auxiliares ainda não previstos, que possam surgir com o desenvolvimento da medicina.

4. Os casos de urgência e emergência não necessitarão de nenhum tipo de liberação prévia da CONTRATADA, mas serão comunicados em até 72 (setenta e duas) horas após o início do atendimento.

5. A CONTRATADA poderá proceder com autorização prévia relativa aos procedimentos que não caracterizem urgência ou emergência, e estejam presentes no seguinte rol: a) internação; b) acupuntura; c) cirurgias; d) diálise peritoneal; e) fisioterapia; f) hemodiálise; g) hemoterapia; h) implantes; i) litotripsia; j) quimioterapia; k) radioterapia; l) remoções inter hospitalares com



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO CEARÁ – CREMEC

exceção para consulta e exames; m) transplantes de rins e córnea; n) angiografia; o) angiografia digital; p) arteriografia; q) audiometria; r) cardiotocografia; s) densitometria óssea; t) ecocardiografia; u) eletrocardiografia dinâmica (holter); v) eletrococleografia; w) endoscopias diagnósticas (digestivas, ginecológicas, respiratórias e urológicas); x) endoscopias terapêuticas (digestivas, ginecológicas, respiratórias e urológicas); y) fluoresceinografia; z) laparoscopia diagnóstica e terapêutica; aa) medicina nuclear; ab) neurofisiologia clínica; ac) neurorradiologia e radiologia intervencionista; ad) ressonância nuclear magnética; ae) tomografia computadorizada; af) video-laparoscopia.

6. Atendimentos cirúrgicos gerais e nas especialidades acima referidas, incluindo transplantes de órgãos com cobertura integral para receptor e doador, também configuram obrigações de fornecimento de serviço assumidos pela CONTRATADA. As despesas com captação, transporte e preservação de órgãos serão na forma de ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS), conforme determina o inciso IV do § 1º do art. 2º da Resolução CONSU nº 12 (publicada no D.O.U. nº 211, de 4 de novembro de 1998).

7. As internações hospitalares devem ocorrer em APARTAMENTO INDIVIDUAL COM BANHEIRO PRIVATIVO para ambos os planos, sendo o plano básico de cobertura estadual, ao tempo que o plano opcional fornecerá cobertura nacional.

8. Ambos os planos concedem direito a acompanhante, bem como menores de 18 (dezoito) anos e maiores de 60 (sessenta) anos de idade, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Estatuto do Idoso, respectivamente.

9. As internações decorrentes de doenças crônicas devem ser realizadas em hospitais destinados a tal fim, conforme autorização da CONTRATADA.

10. As internações eletivas ou programadas prescindem de autorização prévia da CONTRATADA, que avaliará as causas do pedido de hospitalização, devendo a solicitação de internação estar acompanhada de laudo do médico assistente em que conste diagnóstico ou hipótese de diagnóstico, tipo de tratamento e provável período de internação.

11. As internações consideradas urgentes deverão ser realizadas em hospitais, cabendo ao beneficiário, pessoalmente ou por terceiros, comunicá-las à área de Recursos Humanos do



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO CEARÁ – CREMEC

CONTRATANTE e da CONTRATADA, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, juntamente com o relatório do médico assistente para análise e autorização.

12. Nas internações estarão cobertas as despesas com fornecimento de medicamentos, anestésicos, gases medicinais, oxigênio, nutrição parenteral e enteral, transfusões e demais materiais utilizados, conforme prescrição do médico assistente, ministrados durante o período de internação hospitalar, tudo até a alta hospitalar.

13. Estarão inclusas também toda e qualquer taxa, incluindo despesas com sala de cirurgia, eventos obstétricos, unidade de tratamento intensivo, aparelhagem, honorários médicos e todo pessoal necessário, serviços gerais de enfermagem e alimentação (inclusive os gastos com alimentação dos acompanhantes), bem como remoção de paciente, mediante comprovação na necessidade, para outro estabelecimento hospitalar em território brasileiro, tudo até a alta hospitalar.

14. O fornecimento de alimentação dietética, quando indicado, até a alta do paciente, não implicará em ônus adicionais ao beneficiário.

15. A CONTRATADA deve fornecer atendimento emergencial 24 (vinte e quatro) horas por dia em prontos-socorros e/ou hospitais credenciados, garantidas nesse caráter consultas em todas as especialidades.

16. Assistência pré-natal, obstétrica e neonatal, aqui incluídas patologias congênitas das crianças nascidas na vigência do contrato, incluem-se entre as obrigações da CONTRATADA.

17. A CONTRATADA se obriga a fornecer cobertura para acidente do trabalho.

18. A CONTRATADA se obriga a fornecer cobertura em todo território nacional, sendo que nas cidades onde o atendimento não esteja coberto ou executado diretamente pela contratada, serão aceitos os planos e condições particulares da localidade, sendo o servidor reembolsado dentro da modalidade de seu plano, integralmente, das despesas médicas hospitalares e ambulatoriais, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da apresentação dos documentos pelo beneficiário.

19. A CONTRATADA deve fornecer serviço de remoção do beneficiário para outro estabelecimento hospitalar em território nacional, sempre que recomendado pelo médico do



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO CEARÁ – CREMEC

paciente, sem qualquer ônus adicional.

20. A CONTRATADA fornecerá cobertura de internações hospitalares em centro de terapia intensiva sem limite de utilização de diárias.

21. A CONTRATADA fornecerá cobertura para casos de transtorno psiquiátrico, incluindo psicoterapia de crise, internação em hospital psiquiátrico ou em unidades/enfermarias psiquiátricas de hospitais gerais, bem como internação em hospital geral para quadros de intoxicação ou abstinência provocados por alcoolismo ou outras formas de dependência química que necessitem de hospitalização, incluindo, ainda, tratamento em regime de hospital dia.

22. A CONTRATADA se obriga a fornecer cobertura para serviços terapêuticos e de diagnóstico e exames complementares abrangendo todos aqueles admitidos pelo Conselho Federal de Medicina e constantes da tabela da Associação Médica Brasileira e RDC nº 82/2004 da Agência Nacional de Saúde Suplementar, ou que venham a ser nelas incluídos, em especial: a) análises clínicas; b) anatomia patológica; c) angiografia; d) angioplastia; e) arteriografia; f) audiometria; g) cateterismo cardíaco; h) cicloergometria; i) cineangiocoronariografia; j) cirurgias laparoscópicas e vídeo-laparoscópicas; k) cobaltoterapia; l) colpocitologia; m) densitometria óssea; n) doppler; o) ecocardiograma; p) eletroencefalograma; q) eletromiografia; r) endoscopia peroral; s) embolizações e radiologia intervencionista; t) fisioterapia; u) fonocardiografia; v) fluoresceinografia; w) hemodiálise e diálise peritoneal; x) hemodinâmica diagnóstica e terapêutica; y) hemoterapia; z) holter; aa) inaloterapia; ab) laparoscopia; ac) litotripsia extracorpórea; ad) medicina nuclear; ae) material de osteossíntese, como placas, parafusos e pinos; af) neurorradiologia; ag) nutrição parenteral ou enteral; ah) provas de função pulmonar; ai) próteses intra-operatórias; aj) quimioterapia; ak) radiologia, inclusive intervencionista; al) radioterapia; am) ressonância nuclear magnética; an) tococardiografia; ao) tomografia computadorizada; ap) ultrassonografia; aq) xerocardiografia.

23. A CONTRATADA deverá disponibilizar toda a sua rede credenciadas nas cidades abrangidas pelo Edital e seus anexos, conforme o plano escolhido, se estadual ou nacional.

24. A CONTRATADA deverá fornecer as autorizações ou justificar o indeferimento das



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO CEARÁ – CREMEC

mesmas no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar do recebimento do pedido, em relação aos procedimentos clínicos e cirúrgicos, exames laboratoriais e complementares, serviços auxiliares, terapias ou qualquer outro tratamento médico que necessite de autorização prévia.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS EXCLUSÕES DA COBERTURA

1. Exclusões genéricas a todos planos, de âmbito básico (apartamento individual com banheiro privativo em cobertura estadual) ou opcional (apartamento individual com banheiro privativo em cobertura nacional), observadas as determinações emitidas pela ANS e suas alterações:

1.1. Procedimentos cirúrgicos e/ou clínicos com fins estéticos, incluindo órteses e próteses com o mesmo fim;

1.2. Cirurgia plástica em geral, exceto as restauradoras de: a) lesão proveniente de acidente pessoal ocorrido na vigência do contrato; e/ou b) lesão decorrente de tratamento cirúrgico de neoplasia maligna, estando a cobertura sujeita à apresentação de laudo anatomopatológico da lesão neoplásica.

2. Tratamentos ilícitos ou antiéticos, assim definidos sob o aspecto médico, ou não reconhecidos pelo Conselho de Saúde Complementar.

3. Despesas extraordinárias, enfermagem particular (ainda que hospital) e assistência médica domiciliar.

4. Aparelhos estéticos, órteses ou próteses, e/ou aparelhos utilizados para substituição de função ou reabilitação, não ligados ao ato cirúrgico.

5. Atendimento nos casos de cataclismos, guerras e comoções internas, quando declarados pela autoridade competente.

6. Aluguel de equipamentos e aparelhos cirúrgicos para assistência médica domiciliar.

7. Tratamentos clínicos ou cirúrgicos experimentais, não reconhecidos pelo CFM.

8. Materiais e medicamentos importados não nacionalizados e medicamentos ministrados ou utilizados fora do regime de internação hospitalar.

9. Despesas com medicação e manutenção pós-transplante, exceto fígado, rins e córneas.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO CEARÁ – CREMEC

10. Cirurgias eletivas ou programadas que não se amoldem no conceito de casos de urgência clínica ou cirúrgica.
11. Tratamento de rejuvenescimento ou de emagrecimento com finalidade estética.
12. Cobertura de procedimentos odontológicos, salvo cirurgia e traumatologia buco-maxilo-facial.
13. Exames médicos e complementares de saúde opcional (admissional, periódico e demissional).
14. Demais casos previstos na legislação vigente.
15. Para fins desta cláusula, são adotadas as seguintes definições:
 - 15.1. Cirurgia plástica reparadora: restauração de funções de alguns órgãos ou membros, decorrentes de acidentes, fraturas e/ou tumores;
 - 15.2. Acidente pessoal: evento súbito e involuntário;
 - 15.3. Casos de urgência clínica ou cirúrgica: aqueles que exigem a pronta e imediata internação hospitalar, em virtude de risco de vida, doenças de caráter agudo ou impossibilidade de realização de tratamento residencial;
 - 15.4. Doenças crônicas: aquelas que exigirem tratamento ou acompanhamento médico por período superior a 6 (seis) meses; e
 - 15.5. Doenças preexistentes: aquelas cujos sinais ou sintomas tenham se manifestado antes da assinatura do contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DO REEMBOLSO

1. Nas localidades onde a CONTRATADA eventualmente não tiver rede própria de atendimento, o reembolso será feito ao titular do plano, independentemente do seu tipo, respeitando-se a cobertura estadual ou nacional e os honorários de cada localidade, mediante apresentação de nota fiscal (com carimbo comprovando o pagamento), recibos de honorários e laudos de procedimentos (se for o caso), todos originais.
2. Quando o valor efetivamente pago pelo titular for menor ou maior que o constante na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos da Associação Médica



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO CEARÁ – CREMEC

Brasileira (CBHPM/AMB), prevalecerá, para fins de reembolso, o valor integral pago pelo titular, após apresentação dos documentos exigidos no item anterior.

3. O reembolso dos usuários do plano/seguro de saúde será fiscalizado pelo Setor Financeiro e/ou Contábil da Tesouraria do CONTRATANTE, a quem deve a CONTRATADA comprovar o pagamento ao titular no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 1.** Relacionar, após assinatura do contrato, os beneficiários de cada plano, sendo que os dependentes serão cadastrados no mesmo plano do titular, que deverá manifestar sua opção no prazo de 60 (sessenta) dias após a celebração do contrato.
- 2.** Durante a vigência do contrato até a sua renovação, os funcionários poderão mudar uma única vez do plano básico para o plano opcional ou vice-versa.
- 3.** Após escoado o prazo de que trata o inciso 1 desta cláusula, somente serão admitidas novas adesões sem carência em casos de admissão funcional, no prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias do evento, renascimento, casamento ou adoção, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento.
- 4.** Para fins de registro dos dependentes, o CONTRATANTE efetuará rigoroso cadastramento, respondendo civil, penal e administrativamente os responsáveis pelo fornecimento e inclusão de dados considerados falsos.
- 5.** Informar à CONTRATADA, até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês, por escrito, em meio magnético ou eletrônico, qualquer inclusão ou exclusão de beneficiários.
- 6.** Efetuar o pagamento da prestação mensal, no prazo máximo de até 20 (vinte) dias a contar do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pela CONTRATADA.
- 7.** Notificar à CONTRATADA, por escrito em meio magnético ou eletrônico, os beneficiários que, por qualquer motivo, deixarem de possuir direito ao atendimento médico prestado pela Autarquia, ficando resguardado, contudo, o atendimento até o último dia de cobertura cujo pagamento já tenha sido realizado.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO CEARÁ – CREMEC

8. Efetuar averiguações periódicas e adotar procedimentos objetivando a regularidade e correção da assistência médico-hospitalar prestada pela CONTRATADA, devendo comunicar, por escrito, toda e qualquer irregularidade observada.
9. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos funcionários da CONTRATADA.
10. Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas ocorridas consideradas de natureza grave.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. Fornecer ao CONTRATANTE, sem qualquer custo adicional, carteira de identificação individual para cada usuário, com prazo de validade igual ao da duração do contrato.
2. Solicitar ao beneficiário, diretamente ao através do CONTRATANTE, informações ou documento necessários à complementação administrativa do procedimento de reembolso, cuja efetivação dar-se-á em 30 (trinta) dias através de depósito em conta-corrente do beneficiário ou de apresentação ao CONTRATANTE de cheque nominal, a partir da data de apresentação da solicitação do ressarcimento, nota fiscal das despesas hospitalares e recibos de honorários médicos.
3. Definir normas administrativas concernentes à expedição e/ou emissão da documentação necessária à internação hospitalar.
4. Fornecer a cada beneficiário titular manual de orientação de procedimentos inerentes à realização de consultas, exames de diagnóstico, tratamentos, internações eletivas e de emergência, reembolso e relação de credenciados, constando nome, telefone e endereço dos médicos, clínicas, hospitais, casas de saúde, laboratórios, institutos e outras entidades da área de saúde e serviços auxiliares de acordo com o domicílio do beneficiário.
5. Atualizar mensalmente a relação dos profissionais e entidades prestadoras dos serviços credenciados, devendo as listagens estarem disponíveis em documento digital ou impresso.
6. Credenciar hospitais, médicos e serviços auxiliares, bem como cancelar tais credenciamentos, sempre com o objetivo de melhoria da qualidade de atendimento aos



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO CEARÁ – CREMEC

beneficiários, sendo facultado à CONTRATANTE colaborar com a CONTRATADA no processo de seleção de médicos, hospitais e serviços auxiliares.

7. Em caso de substituição dos hospitais, médicos e serviços auxiliares por outros equivalentes, a CONTRATADA deverá comunicar o fato à CONTRATANTE com 30 (trinta) dias de antecedência, ressaltando nesse prazo mínimo os casos decorrentes de rescisão por fraude e/ou infração das normas sanitárias em vigor.

8. Manter a rede de atendimento credenciada em número igual ou superior ao apresentado na proposta, e, caso haja descredenciamento de qualquer profissional, hospital, casa de saúde, clínica, laboratório ou centro radiológico, deverá credenciar outro de mesmo porte, com a mesma capacitação técnica, abrangência e número de leitos, submetendo o credenciamento à prévia aprovação da CONTRATANTE.

9. Encaminhar mensalmente à CONTRATANTE listagem atualizada dos beneficiários cadastrados, constando nome do titular e respectivos dependentes, data de nascimento e plano em que estão inscritos.

10. Assegurar aos beneficiários da CONTRATANTE sempre que houver indisponibilidade de leito nos hospitais ou clínicas próprias ou credenciados da CONTRATADA, acomodando os titulares e dependente em outro estabelecimento de qualidade igual ou superior, sem ônus adicional, caso seja necessário.

11. Providenciar a imediata correção de deficiências nos serviços contratados, quando apontadas pelo CONTRATANTE.

12. Negociar, conforme sugestão do CONTRATANTE, possibilidade de inclusão de profissionais e entidades de saúde, conforme diretrizes administrativas da CONTRATADA, observadas as normas emanadas pela ANS e suas alterações.

13. Comunicar ao fiscal da execução do contrato qualquer fato impeditivo à execução fiel do contrato que venha a ocorrer.

14. Incluir e excluir como beneficiários do Plano de Saúde os funcionários e dependentes, bem como promover alteração da modalidade de plano, conforme disciplinado no Edital, Termo de Referência, e no presente Contrato, bem como qualquer Anexo.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO CEARÁ – CREMEC

- 15.** Manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 16.** A responsabilidade pelo vínculo trabalhista relativo aos profissionais envolvidos na execução do contrato corre por conta da CONTRATADA.
- 17.** Observar as determinações da ANS, em especial suas Súmulas Normativas, bem como demais normas e entendimentos emanados por tal órgão e suas alterações.
- 18.** Em havendo cisão, incorporação ou fusão da CONTRATADA, a aceitação de qualquer uma destas operações, como pressuposto para a continuidade do contrato, ficará condicionada à análise, por parte do CONTRATANTE, do procedimento realizado e da documentação da nova empresa, considerando todas as normas aqui estabelecidas como parâmetros de aceitação, tendo em vista a eliminação dos riscos de insucesso na execução do objeto contratado.
- 19.** Executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidades aos serviços acordados com o CONTRATANTE.
- 20.** Comunicar por escrito à Administração do CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter urgente, e prestar os esclarecimentos que julgar necessários.
- 21.** Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais decorrentes da contratação.
- 22.** A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à administração do CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a licitante renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.
- 23.** É vedada a subcontratação para a prestação dos serviços ao objeto deste processo.
- 24.** A CONTRATADA deverá manter as mesmas condições habilitatórias, em especial no que se refere ao recolhimento dos impostos federais, estaduais e municipais durante toda a execução do objeto, as quais são de natureza *sine qua non* para a emissão de pagamentos e aditivos de qualquer natureza.
- 25.** O CONTRATADO fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO CEARÁ – CREMEC

valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

- 1.** No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com o CREMEC, as sanções administrativas aplicadas ao licitante serão as de advertência; multa; suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o CREMEC, por prazo não superior a 2 (dois) anos; declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir o CREMEC pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na penalidade anterior.
- 2.** Na hipótese de descumprimento de qualquer das condições avençadas, implicará multa correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento) do sobre o valor total do contrato, subtraído o que foi executado.
- 3.** Não havendo mais interesse do CREMEC na execução parcial ou total do contrato, em razão do descumprimento pela CONTRATADA de qualquer das condições relativas à prestação de serviços objeto do certame, implicará multa à CONTRATADA no valor de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.
- 4.** O descumprimento total ou parcial da obrigação ensejará responsabilização de multa, cumulada às sanções administrativas previstas. O pagamento das multas poderão ser descontadas dos pagamentos devidos pelo CREMEC ou cobradas diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas nesta cláusula.
- 5.** Sempre que não houver prejuízo para o CREMEC, as penalidades poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a seu critério.
- 6.** O não atendimento à convocação para a assinatura do contrato é ato de caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, e pode, no caso de não regularização por parte de ME ou EPP da documentação prevista no edital, no prazo também previsto, acarretará



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO CEARÁ – CREMEC

multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, sem prejuízo de outras cominações legais.

7. A licitante vencedora que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fazer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedida de licitar e de contratar com a União, e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas e demais cominações legais.

8. A aplicação das penalidades será precedida da oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicatário, na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

1. Constituem motivos para rescisão do contrato: a) o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos; b) o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos; c) a lentidão no cumprimento do contrato, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da prestação do serviço no prazo estipulado; d) o atraso injustificado no início da prestação dos serviços; e) a paralisação dos serviços, sem justa causa ou prévia comunicação ao CONTRATANTE; f) a subcontratação total ou parcial do objeto, por associação da CONTRATADA com outrem, bem como a cessão ou transferência total ou parcial das obrigações contraída, assim como a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA que afetem a boa execução do contrato, sem prévio conhecimento e autorização da CONTRATANTE; g) o desatendimento das determinações regulares da fiscalização, assim como a de seus superiores; h) o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas em registro próprio pelo representante do CONTRATANTE designado para acompanhamento e fiscalização deste contrato; i) a decretação de falência; j) a dissolução da CONTRATADA; k) a alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA que venha a prejudicar a execução do objeto; l) razões de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO CEARÁ – CREMEC

interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa da CONTRATANTE, e exaradas no processo administrativo a que se refere este contrato; m) a supressão, por parte da CONTRATANTE, dos serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite de 25% (vinte e cinco por cento), excetuando-se os casos em que a CONTRATADA formalizar interesse em continuar prestando os serviços; n) a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo no caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizam o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurando-se à CONTRATADA, nestes casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação; o) o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE decorrentes do fornecimento efetuado, salvo nos casos de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurada à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação; e p) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste contrato.

2. A rescisão do contrato poderá ser precedida ou não de suspensão da execução do seu objeto, mediante decisão fundamentada que a justifique, podendo ser determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, observado o disposto em normativos específicos; amigável, por acordo entre as partes, formalizada a intenção com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE; ou judicial, nos termos da legislação vigente.

3. A rescisão do contrato obedecerá ao que preceituam os arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/1993.

4. A inobservância por parte da CONTRATADA de todos os termos e condições deste contrato não constituirá novação e nem ensejará a renúncia ao direito de exigí-los a qualquer tempo por parte do CONTRATANTE.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO CEARÁ – CREMEC

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO VALOR E DO PAGAMENTO

1. Pela prestação dos serviços discriminados na cláusula primeira, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor mensal:

1.1. Por beneficiário do Plano Básico (apartamento com banheiro individual em cobertura estadual): R\$ XXXXXX

1.2. Por beneficiário do Plano Opcional (apartamento com banheiro individual em cobertura nacional): R\$ XXXXXXXXX

2. O pagamento do objeto do presente contrato obedecerá a forma e prazo já descritas neste contrato, após a devida atestação de execução do objeto pelo fiscal do contrato, mediante a apresentação de a) nota fiscal, acompanhada de relatório contendo a relação dos beneficiários, a data de inclusão, indicação do plano correspondente e o valor *per capita*; e b) comprovante de regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa licitante e comprovante de regularidade perante a Seguridade Social e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

3. Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus ao CONTRATANTE.

4. Caso a licitante goze de algum benefício fiscal, ficará responsável pela apresentação de documento hábil, ou, no caso de optante pelo SIMPLES NACIONAL, pela entrega de declaração, conforme modelos disponibilizados pela Secretaria da Receita Federal. Após apresentada a referida comprovação, a licitante vencedora ficará responsável por comunicar a este CREMEC qualquer alteração posterior na situação declarada, a qualquer tempo, durante a execução do contrato.

5. Será efetuada a retenção dos tributos e das contribuições federais, conforme estabelecido na Lei nº 9.430/96 e na IN/SRF nº 480/2004.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO REAJUSTE



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO CEARÁ – CREMEC

1. O valor mensal poderá ser revisto em periodicidade não inferior a doze meses, contados da data de assinatura do contrato.
2. A iniciativa revisional cabe à CONTRATADA, cujo pedido deverá demonstrar analiticamente a elevação dos custos através de planilhas e documentos comprobatórios.
3. Qualquer reajuste de preços deverá estar amparado pelas normas da ANS, sendo devidos os efeitos financeiros da revisão a partir da data do protocolo do pedido junto à CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, com a cobertura se iniciando no mês de XXXXX de XXXXX, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitado a 60 (sessenta) meses, desde que a CONTRATADA ofereça preços e condições mais vantajosas ao CONTRATANTE, nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.
2. A prorrogação prevista no dispositivo acima deverá observar seu saldo, ou seja, a prorrogação dar-se-á pelo tempo que faltar para completar os 60 (sessenta) meses, a se contar da data inicial da contratação.
3. A eficácia do contrato está condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. As despesas decorrentes da contratação objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento da CONTRATANTE na rubrica contábil nº XXXXXXXXXXXX.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS GESTORES DO CONTRATO

1. A execução dos serviços será coordenada, orientada e fiscalizada pelo sr. BRENO ANDERSON CARVALHO VIANA (GESTOR TITULAR) e pelo sr. WELLINGTON



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO CEARÁ – CREMEC

KÁSSIO BEZERRA CORREIA (GESTOR SUPLENTE), que oportunamente indicarão a produção de ato pela autoridade administrativa máxima da CONTRATANTE para designação de fiscais do contrato, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou defeitos observados na forma do art. 67 da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA EXECUÇÃO

1. A execução do objeto do presente contrato sob o regime de empreitada por preço unitário *per capita*, se realizará a partir de sua assinatura, de acordo com as condições estabelecidas no edital, o presente contrato, seus anexos e proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS RESTRIÇÕES

1. Não estão cobertos por este contrato procedimentos ilícitos em geral que não se enquadrem nas exclusões da cobertura já dispostas, bem como despesas extraordinárias de internações como refrigerantes e lavagem de roupas pessoais, e, ainda, exames de reconhecimento de paternidade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO E DOS CASOS OMISSOS

1. Fica eleito o foro da Justiça Federal, em Fortaleza - CE, como competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.
2. Os casos omissos serão analisados pelos representantes legais das partes, com o intuito de solucionar o impasse, sem que haja prejuízo para nenhuma delas, tendo por base o que dispõe a Lei nº 8.666/1993 e outras legislações aplicáveis à espécie.
3. E assim, por estarem de acordo e plenamente ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes, a seguir, firmam o presente contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas e arquivado no setor de compras deste Conselho, conforme dispõe o art. 60 da Lei nº 8.666/1993.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO CEARÁ – CREMEC

Fortaleza, XX de XXXXXX de XXXX.

Representante da Contratada

Presidente do CREMEC

Testemunhas:

1. _____

CPF: _____

2. _____

CPF: _____